

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Abril de 2024

Endividamento atinge 77,7% das famílias catarinenses

Taxa caiu 1.4 p.p. em relação ao mês anterior

Os resultados de abril indicam que houve uma queda no percentual de famílias endividadadas e daquelas que não terão condições para pagar suas dívidas em Santa Catarina. Por outro lado, o percentual de famílias com contas em atraso aumentou durante o mesmo período.

DESTAQUES

- O percentual de famílias endividadadas caiu 1.4 p.p. em abril, representando 77,7% das famílias em Santa Catarina.
- A pesquisa indica que a parcela de inadimplentes – aqueles que têm contas ou dívidas em atraso, chegou a 22,1% das famílias do estado, acréscimo de 0.2 p.p. no mês;
- Aqueles que não terão condição de pagar suas dívidas somaram 9%, percentual 0.2 p.p inferior aos 9,2% de março e aos 12% de abril do ano anterior.

Síntese dos resultados da PEIC, % do total de famílias.

Cai o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas

Situação das Famílias	Fev./20	Abr./23	Mar./24	Abr./24
Famílias endividadadas	66,0	70,2	79,1	77,7
Dívidas ou contas em atraso	28,5	27,1	21,9	22,1
Não terão condições de pagar	12,1	12,0	9,2	9,0

- Do total de endividadados, 40,8% consideram-se “pouco endividadados”, mas percentual caiu 6.4 p.p em relação ao mês anterior, quando 47,2% indicavam essa percepção.
- 88,3% dos endividadados têm dívidas no cartão de crédito;
- Dívidas em carnês cresceram 3.4 p.p. no mês;
- 43% estão comprometidos com a dívida por mais de um ano;

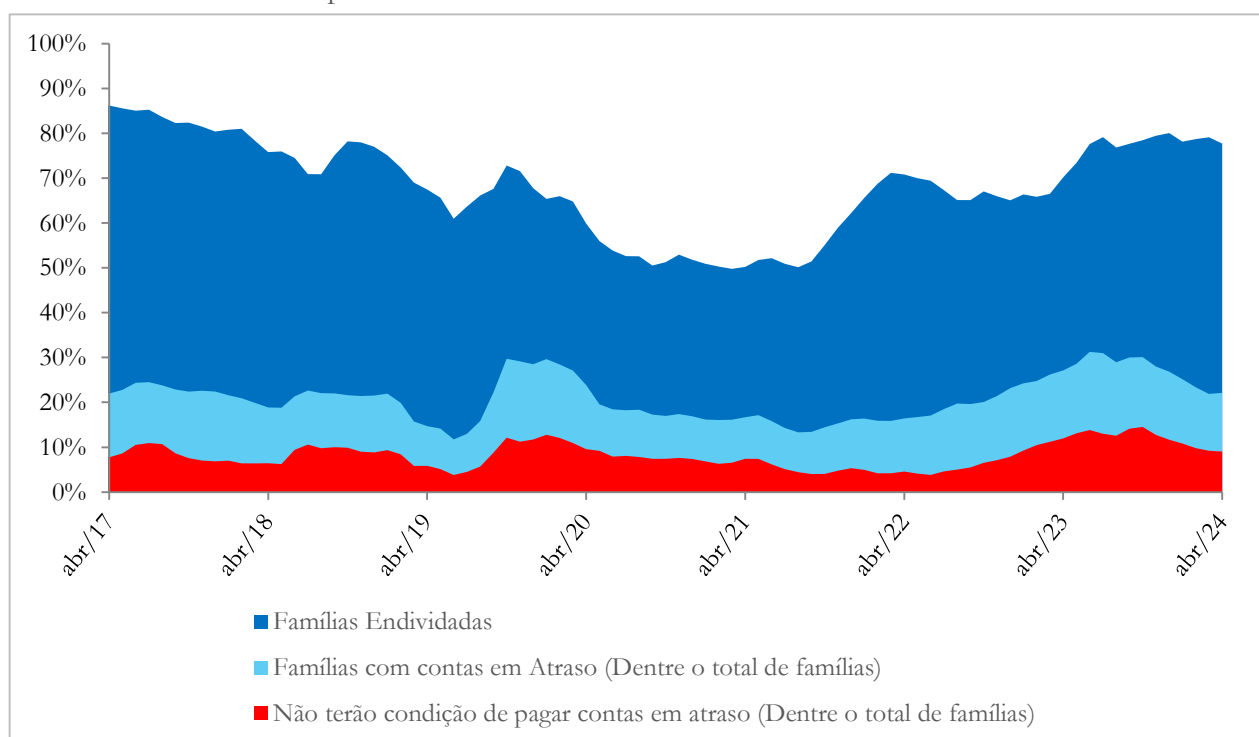
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento das famílias catarinenses recuou 1,4 ponto percentual em abril, atingindo 77,7%. Esse declínio veio após um aumento de 0,4 pontos percentuais de fevereiro para março, quando o indicador alcançou 79,1%. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o endividamento registrou um crescimento de 7,5 pontos percentuais. Além disso, o resultado é 2,3 p.p inferior ao registrado em dezembro de 23, quando o indicador chegou a 80%, maior desde o início da pandemia (66,0% em fevereiro de 2020).

Essa situação pode ser atribuída à recente redução da taxa de juros para 10,75%, o que facilitou o acesso ao crédito e estimulou o consumo por parte das famílias. Além disso, o mercado de trabalho catarinense registrou um saldo positivo de mais de 26 mil vagas de emprego abertas. Com mais pessoas inseridas no mercado de trabalho, é natural observar um aumento no consumo e nas compras parceladas, o que pode ter contribuído para o crescimento do endividamento das famílias.

Série histórica dos resultados

Endividamento e inadimplência do consumidor

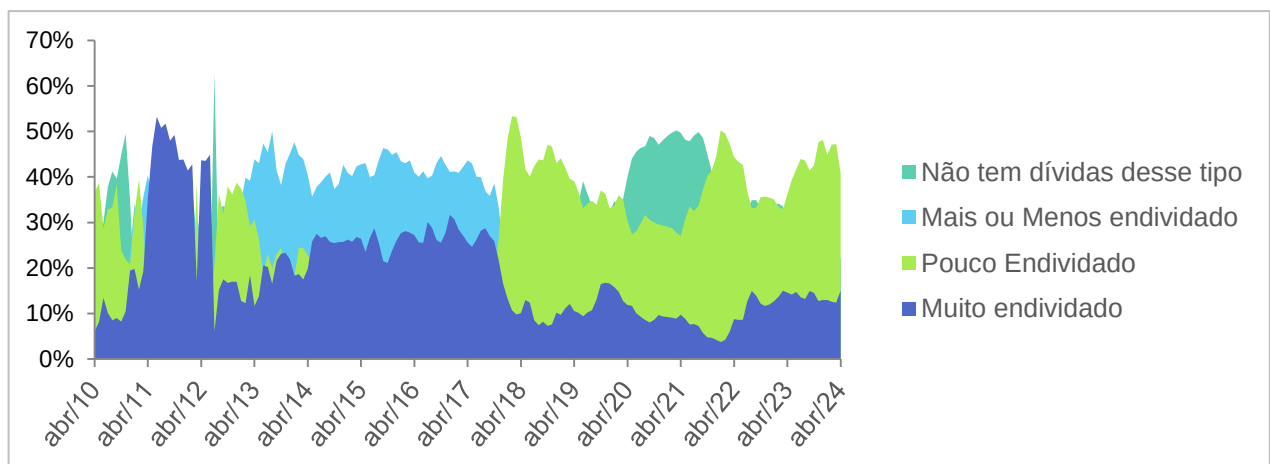


Percepção do nível de endividamento

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O grupo de famílias que se considera "muito endividadas" aumentou 2,7 pontos percentuais, atingindo 15% no mês. O percentual que permaneceu no intervalo entre 12% e 14% de abril a março deste ano voltou ao mesmo patamar de março de 2023.

Série histórica da percepção do nível de endividamento

Maioria considera que está pouco endividado, mas % caiu em relação ao mês anterior



No mês, a análise da percepção de endividamento aponta certo controle do orçamento familiar. Embora, o grupo de famílias que indicam estarem “pouco endividadas” foi de 40,9%, uma queda de 6,4 p.p. na passagem do mês, ao passo que o percentual de famílias que “não tem dívidas desse tipo” subiu 1,4 p.p. e alcançou os 22,7%. Desta forma, sinaliza-se que 62,7% das famílias catarinenses encontram-se em certa situação de equilíbrio financeiro.

Percepção do nível de endividamento, em percentual

62,7% dos entrevistados consideram que estão ‘mais ou menos’ e ‘pouco’ endividados

Categoria	Fev./20	Abr./23	Mar./24	Abr./24
Muito endividado	14,8	14,6	12,4	15,0
Mais ou menos endividado	15,2	19,4	19,5	21,9
Pouco endividado	36,0	36,1	47,2	40,8
Não tem dívidas desse tipo	34,0	29,8	20,9	22,3
Não sabe	0,0	0,0	0,0	0,0
Não respondeu	0,0	0,0	0,0	0,0

Tipos de dívidas

As dívidas das famílias catarinenses estão predominantemente concentradas nos seguintes tipos de crédito: cartão de crédito (88,3%), carnês (25,8%), financiamento de carro (13,1%), crédito pessoal (12,9%), financiamento de casa (10,6%), crédito consignado (9,2%) e cheque especial (7,6%). Outras formas de dívidas representam 1,2% do total de endividamento, enquanto o cheque pré-datado representa apenas 0,2%.

As variações no mês foram distintas. Por um lado, financiamento de carro (-0,9 p.p.), outras dívidas (-0,5 p.p.), crédito consignado (-0,3 p.p.) e crédito pessoal (-0,1 p.p.) apresentaram variações negativas. Por outro lado, o movimento de alta foi computado em carnês (3,4 p.p.), cartão de crédito (1,3 p.p.), financiamento de casa (0,4 p.p.) e cheque pré-datado (0,2 p.p.). Enquanto estabilidade, somente em cheque especial.

Em termos de participação relativa o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores catarinenses em janeiro, e alcança 88,3% dos endividados. Na comparação com igual período do ano anterior, houve queda de 1,3 p.p. Ao se comparar os grupos de renda, em ambas, o cartão de crédito é o principal tipo de dívida e também aumentou a participação. Assim as faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes, e alcançam 87,8% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 89,9% para renda superior a 10 salários mínimos.

Os carnês são apontados por 25,8% dos entrevistados e é o segundo maior tipo de dívida entre as famílias endividadas. Embora o endividamento por meio de carnês tenha aumentado 3,4 pontos percentuais em relação a março deste ano, houve uma queda significativa de 7,0 pontos percentuais em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Entre as faixas de renda, o endividamento por meio de carnê é mais significativo para aqueles com rendimentos mensais de até 10 salários mínimos (28,1%), enquanto é menor entre os mais ricos, com apenas 18%.

O financiamento de carro, com uma participação de 13,1%, ocupa o terceiro lugar na preferência do consumidor catarinense. Em comparação com março deste ano, as dívidas deste tipo diminuíram 0,9 p.p. Em relação a abril de 2023, o resultado de agora é 3,1 p.p. maior. Entre as classes de rendimentos, o maior uso é pelas famílias com mais de 10 SM, 21,6%. Enquanto nas famílias com renda até 10 SM a participação alcança os 10,7%.

O crédito pessoal tem 12,9% de participação. Merece atenção, o fato de que a modalidade é uma das que são consideradas como de renda emergencial e, como observado em meses anteriores, tem sido mais utilizada entre as famílias mais ricas (15,1%) do que entre as famílias menos abastadas (12,2%). E, na comparação anual, o percentual de agora cresceu 0,6 p.p. em comparação com abril de 2023.

Em quinto lugar, figura o financiamento de casa com 10,6% das famílias catarinenses com esse tipo de endividamento em abril. O resultado é 2,9 p.p. maior do que o de igual mês do ano anterior. Entre as faixas de rendimentos, esta modalidade é mais

utilizada nas que possuem renda acima dos 10 SM com 19,4%, enquanto, nas que possuem até 10 SM registra-se 8%.

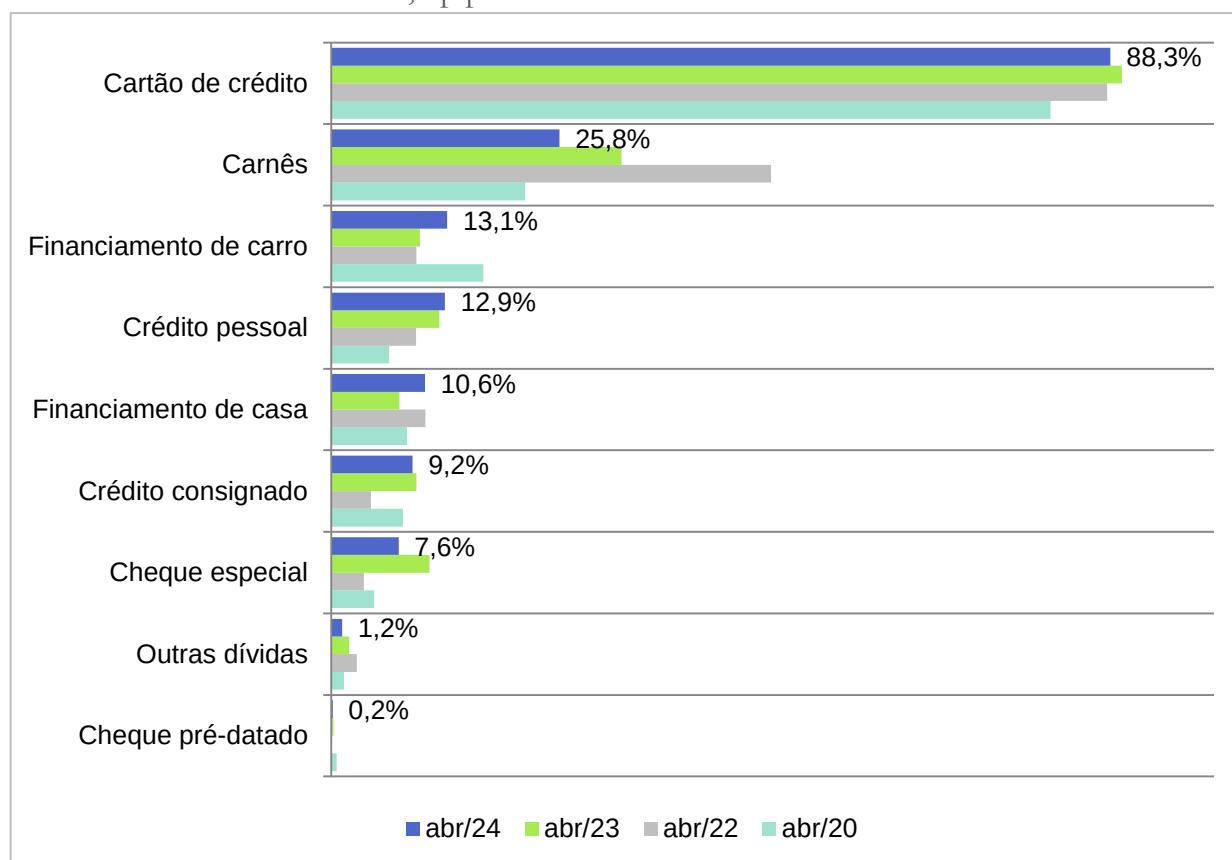
O crédito consignado, presente na vida de 9,2% dos catarinenses, é o sexto tipo de dívida mais comum. Este número representa uma queda de -0,4 pontos percentuais em relação a abril de 2023. Notavelmente, essa modalidade é mais utilizada por aqueles com mais de 10 salários mínimos (10,1%) do que por aqueles que possuem até 10 salários mínimos (9%).

As dívidas no cheque especial se mantiveram estáveis na passagem do mês. Mas, em comparação com abril do ano passado, caíram 3,5 p.p. Essa modalidade é mais utilizada por aqueles que possuem até 10 salários mínimos (8,8%) do que por aqueles com renda superior a 10 salários mínimos (3,6%).

Outros tipos de dívidas e o cheque pré-datado encerram o ranking, representando uma pequena parcela do endividamento dos consumidores. Ambas as modalidades registraram queda em relação a abril do ano passado (0,8 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente).

Tipo de dívidas

Financiamento de carro caiu 3,4 p.p. no mês



Nota: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Tempo de comprometimento com a dívida

O tempo de comprometimento com a dívida permanece acima do patamar pré-crise (6,6 meses em fev./20), ao situar-se 8,1 meses em abril de 2024, sendo o mais elevado desde o início da pandemia. Vale lembrar que após a pandemia, elevou-se o tempo médio de comprometimento, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

O comprometimento com a dívida por mais de um ano aumentou 3 pontos percentuais, atingindo 43%, um patamar superior ao registrado em fevereiro de 2020 (33,7%). Em abril do ano passado, 39,5% dos consumidores estavam comprometidos por esse período. Na outra ponta, o comprometimento da renda por até 3 meses alcançou 18,9% em abril, um patamar inferior ao de fevereiro de 2020 (34,1%), abril do ano passado (29,2%) e ao do mês anterior (18,9%).

Tempo de comprometimento com a dívida (entre os endividados)

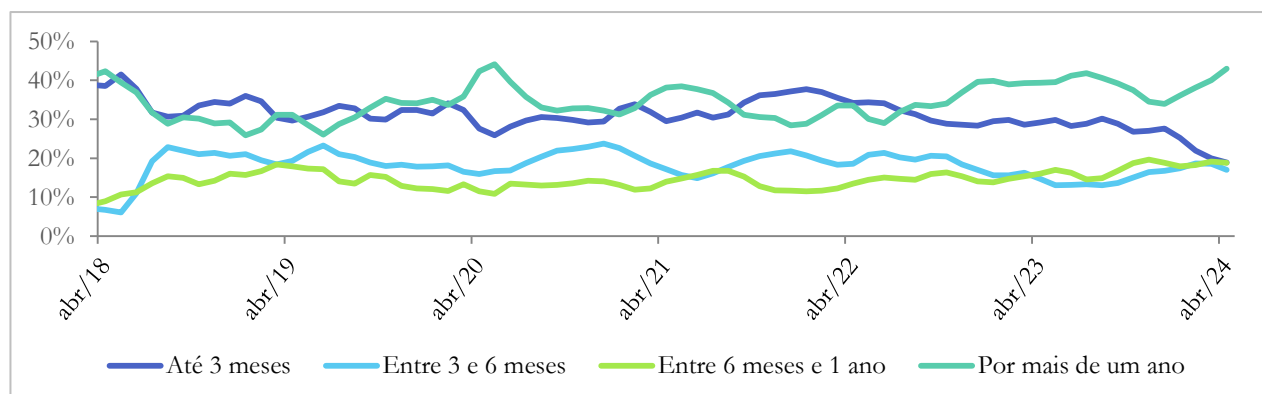
43% dos consumidores estão comprometidos com a dívida por mais de um ano

	Fev./20	Abr./23	Mar./24	Abr./24
Até 3 meses	34,1	29,2	19,9	18,9
Entre 3 e 6 meses	18,2	14,7	18,5	17,0
Entre 6 meses e 1 ano	11,6	16,0	19,2	18,8
Por mais de um ano	33,7	39,4	40,0	43,0
Não sabe/Não respondeu	2,4	0,6	2,4	2,4
Tempo médio (em meses)	6,6	7,3	7,8	8,1

Ainda é interessante observar que o comprometimento da dívida por mais de um ano cresceu até julho de 2023 (41,8%) e desde então, apresentou clara trajetória de declínio até dezembro de 2023, quando, novamente, imbicou crescimento. Por outro lado, o comprometimento da dívida até 3 meses tem demonstrado trajetória decrescente desde agosto de 2023 (30,1%).

Tempo de comprometimento com dívida (entre os endividados)

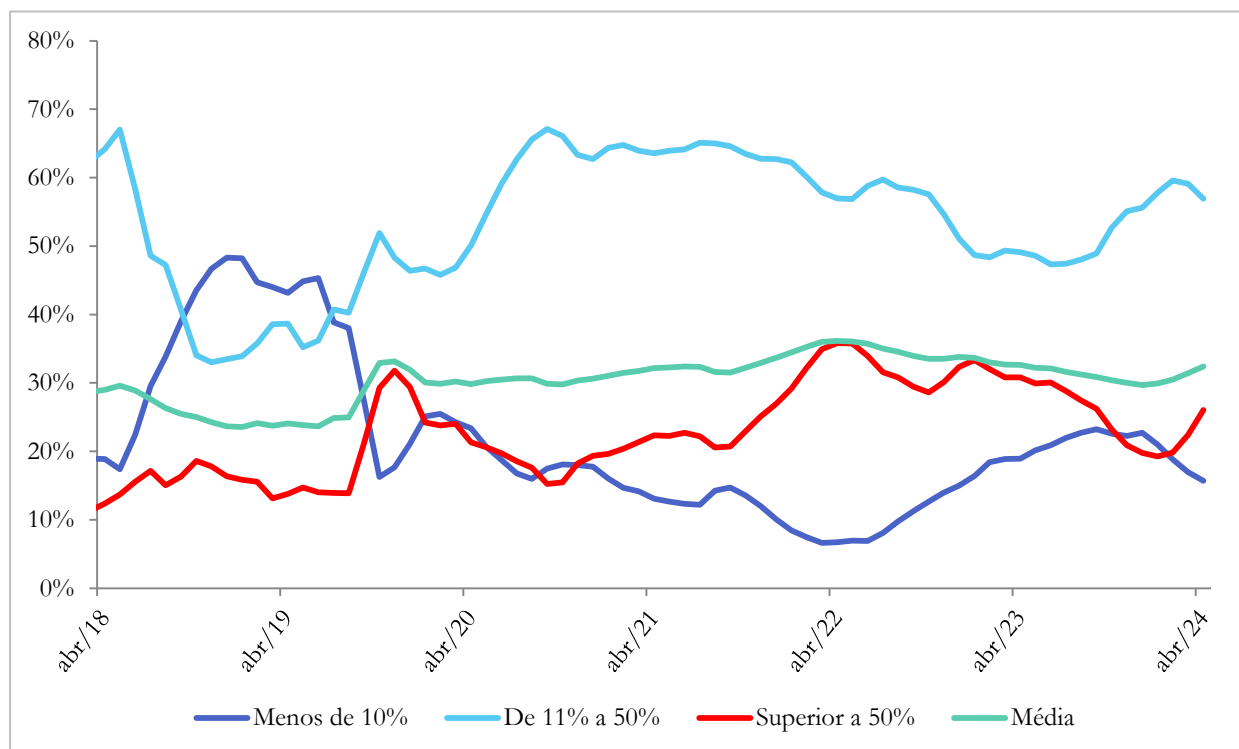
O tempo médio atinge 8,1 meses, o mais longo desde o início da pandemia.



A média da parcela de renda comprometida com o pagamento da dívida, embora menor em comparação com abril de 2023, quando 32,6% da renda dos catarinenses estava comprometida, cresceu 0,9 ponto percentual na passagem de março para abril, chegando a 32,4%.

Parcela de renda comprometida com dívida, em percentual.

43% dos consumidores estão comprometidos com a dívida por mais de um ano.



Com esse resultado, o percentual está acima do observado durante a pré-pandemia, em fevereiro de 2020, quando a média de comprometimento era de 29,9%. Em contraste, o comprometimento entre 11% a 50% da renda com a dívida voltou a cair depois de aumentado 1,8 p.p. na passagem de janeiro para fevereiro, chegando a 56,9% em abril. O percentual dos que possuem comprometimento superior a 50% cresceu pela terceira vez seguida e marcou os 26,1% de participação. Ademais, o percentual dos que comprometem menos de 10% da renda contraiu-se -1,3 p.p. e cravou os 15,7%.

ANÁLISE DAS DÍVIDAS OU CONTAS EM ATRASO (INADIMPLÊNCIA)

A taxa de inadimplência representa a porcentagem de famílias com contas em atraso. O indicador interrompeu a sequência de queda observada entre janeiro e março deste ano ao avançar 0,2 p.p. em abril de 2024, atingindo 22,1%. Em pontos percentuais, mostra-se 5 p.p. abaixo percentual observado em abril de 2023 (27,1%), além de estar 9,1 p.p. abaixo no recorde da série (31,3% em junho de 2023).

Além disso, a nível nacional, a inadimplência atingiu a marca dos 28,6%, de modo que, a taxa de inadimplentes em Santa Catarina está 6,5 p.p. abaixo da do Brasil. A situação é semelhante a observada no período da pandemia, quando os catarinenses reduziram os índices de endividamento e inadimplência a mínimas históricas, porém, ao longo de 2023, houve meses em que a situação inverteu-se, como em junho, quando o percentual de inadimplentes no estado (31,3%) foi 2,1 p.p. superior ao nacional (29,2%).

Na análise por faixas de rendimentos observa-se que nas famílias com renda até 10 SM o percentual foi maior, 26,1%, se mantendo estável em relação ao mês anterior. Por outro lado, nas famílias com renda acima de 10 SM a taxa é menor, 9,7%, com aumento de 1,0 p.p. na passagem do mês. Isso indica que são, justamente, as famílias menos abastadas as que mais sofrem com este problema.

Caminho semelhante apresentou a taxa de famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (dentre o total de famílias). Pelo sexto mês consecutivo, o indicador vem caindo, registrando uma queda de 0,2 pontos percentuais em abril de 2024, alcançando a marca de 9%. Convém ressaltar que este patamar é o menor desde fevereiro de 2023 (10,5%) e inferior ao de fevereiro de 2020 (12,1%).

Dentre as famílias com conta em atraso	Fev./20	Abr./23	Mar./24	Abr./24		
				Total	Até 10 SM	Mais de 10 SM
Sim, totalmente	20,6	17,5	18,6	20,9	19,3	26,3
Sim, em parte	33,9	37,5	39,3	38,3	32,5	57,9
Não terá condições de pagar	42,4	44,1	42,1	40,8	48,1	15,8
Não sabe	2,8	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Não respondeu	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	12,1	12,0	9,2	9,0	12,6	1,5

Na comparação entre as faixas de rendas, fica bastante claro que as famílias com menor renda sofrem impacto maior, chegando a 12,6% o percentual das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, aumento de 0,6 p.p. na passagem do mês, enquanto

nas famílias mais abastadas, o percentual permanece em 1,5%, representando uma queda de 1 ponto percentual no mês.

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em abril de 2024 foi de 66,5 dias, estando um pouco abaixo do mês anterior, quando o tempo médio foi de 67,2 dias.). Além disso, o tempo médio em que as dívidas são mantidas em atraso também é inferior ao registrado no período pré-pandemia, em fevereiro de 2020 (66,9 dias). Entretanto, o resultado atual é maior do que o de abril de 2023 (66,4 dias).

Diferente do observado nos meses anteriores, o tempo médio de atraso entre as famílias que recebem mais de 10 SM foi maior (68,7 dias) do que as famílias que recebem até 10 SM (65,8 dias). Desde outubro de 2023 o tempo médio para as famílias menos abastadas vem caindo. Já entre as mais ricas, o tempo médio cresceu entre novembro de 2023 e março de 2024, quando o tempo médio foi de 69,7 dias.

Tempo de pagamento em atraso, em percentual e em dias.

	Fev./20	Abr./23	Mar./24	Abr./24		
				Total	Até 10 SM	Mais de 10 SM
Até 30 dias	22,1	23,4	18,1	18,0	21,7	5,3
De 30 a 90 dias	20,8	20,0	30,6	33,1	25,9	57,9
Acima de 90 dias	55,9	56,3	51,3	48,5	51,9	36,8
Não sabe / Não respondeu	1,3	0,3	0,0	0,4	0,5	0,0
Tempo médio (em dias)	66,9	66,4	67,2	66,5	65,8	68,7

METODOLOGIA

Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc. Além das fortes implicações econômicas em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que estão associados a isso, não se pode esquecer-se dos efeitos do endividamento sobre o setor real da economia.

É natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado de crédito. Os problemas de risco moral e seleção adversa são agravados. Também, as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito.

É também natural que as famílias em risco de endividamento sejam mais sensíveis às expectativas desfavoráveis da evolução futura dos rendimentos logo, consomem menos quando confrontadas com choques adversos.

O efeito da diminuição do consumo privado faz-se sentir diretamente no abrandamento do crescimento do PIB, ou seja, no abrandamento do crescimento económico. A importância das consequências do endividamento justifica a relevância dada aos aspectos estatísticos e metodológicos do estudo deste fenómeno, no sentido de assegurar o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados.

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes no município de Florianópolis com idade superior a 18 anos. Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada. Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos

intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da PEIC são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.